



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FAE (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA  
X CONSELHO ESCOLAR**

**GISLAYNE GIOSTRI RODRIGUES**

**BELO HORIZONTE, 2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA  
X CONSELHO ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob a orientação da Professora Jeanne Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

## RESUMO

O presente trabalho tem o escopo de fazer entender sobre gestão democrática e o Conselho Escolar da Escola Estadual Melo Viana . Assim, o trabalho apresenta algumas reflexões a respeito da gestão democrática e o Conselho Escolar, bem como as leis que os criaram. Destaca-se a importância da comunidade nas tomadas de decisões junto ao gestor, e também a participação de todos na confecção do Projeto Político Pedagógico , que é uma peça fundamental para o andamento dos trabalhos na escola. Por isso, é preciso mostrar que a gestão democrática participativa, propicia uma atuação coletiva para um bem comum que é a escola.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática – autoritarismo – Conselho Escolar – participação- comunidade

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>2 – GESTÃO DEMOCRÁTICA.....</b>	<b>07</b>
<b>3 – CONSELHO ESCOLAR.....</b>	<b>11</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>14</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>15</b>
<b>ANEXO Projeto Político Pedagógico.....</b>	<b>17</b>

## INTRODUÇÃO

Com o advento da tecnologia e a evolução científica, o mundo foi varrido por mudanças profundas. Na perspectiva da construção do saber, a educação evoluiu buscando novos paradigmas capazes de preparar o cidadão qualificando-o para o trabalho, transformando, radicalmente, o cotidiano das pessoas.

Inquestionavelmente, a educação é necessária para a socialização, interação e formação do indivíduo como cidadão, pois este é o meio mais eficaz para a transformação do mundo.

Diante de experiências vivenciadas na escola, vê-se a necessidade de expor no presente trabalho uma reflexão sobre o papel, a função e as atribuições do Conselho Escolar na gestão democrática da escola, explanando as seguintes questões que pairam sobre toda a comunidade escolar, na busca constante por respostas que visam esclarecer as dúvidas de todos: O Conselho Escolar, em sua abrangência, cumpre realmente o seu papel em relação à comunidade escolar? De acordo com a atuação do gestor escolar, pode-se dizer se a escola é realmente democrática? Quais as estratégias e ações que o Conselho Escolar tem em relação à gestão democrática?

Assim, o trabalho será composto de três momentos. No primeiro momento diz respeito os fatos históricos, os objetivos e a necessidade da gestão democrática e participativa nas escolas públicas.

No segundo momento diz respeito ao Conselho escolar, destacando os fatos históricos que marcaram o surgimento desse instituto, sua importância enquanto mecanismo de uma gestão democrática, sua função, sua aplicabilidade e atribuição no cotidiano da escola.

Por fim, no terceiro momento apresentam-se as considerações finais, fazendo a junção desses dois elementos, e apresentando uma conclusão plausível.

De antemão, ao longo dessa caminhada é fundamental verificar que ter um gestor que seja democrático e que traz consigo representantes da comunidade escolar, para auxiliá-lo nas tomadas de decisões, é de suma importância para enfrentamento dos problemas surgidos na escola.

Considerando o papel do gestor que é conduzir a construção coletiva do PPP da escola, é fundamental estabelecer relação entre escola e comunidade, com o escopo de alcançar a almejada qualidade e melhoria das escolas públicas.

Diante disso, VEIGA (1997, p.31) esclarece que

Uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão.

Destaca-se, portanto, que um desses mecanismos é a criação do Conselho Escolar que passa a atuar junto da gestão, como co-responsável para acompanhar e tomar de decisões na escola. Assim, vê-se a necessidade da escola ter um gestor que tenha uma mente aberta e uma qualificação adequada para conduzir a escola com sapiência e dedicação.

## 1 - GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Preliminarmente cabe salientar que nos dias atuais, a escola não mais aceita a gestão autoritária e centralizadora, pois esta não é mais compatível com os anseios da sociedade. Por isso, a gestão democrática tem sido um grande desafio nos dias de hoje.

A democratização da escola pública, apesar de caminhar a passos lentos, começou com a convocação da comunidade a participar junto ao gestor nas tomadas de decisões seja administrativa, financeira ou pedagógica.

Nos tempos de outrora, a gestão da escola pública era escolhida por políticos o que propiciava uma gestão guiada por vontades externas, beneficiando pessoas sem perfil para a educação e muitas vezes com interesses individualistas o qual a escola não estava envolvida. Na década de 1980, o país sentiu necessidade de uma mudança radical na política, e começou lutar contra a ditadura. Assim, enquanto o país lutava pela redemocratização, a sociedade passou a exigir que essa democratização chegasse também às escolas públicas, porque estavam cansados de serem geridos por pessoas que não se interessavam pelas práticas educativas. Então, viram que uma das formas mais democrática para a escolha do diretor da escola seria por meio de uma eleição no qual a comunidade escolar poderia livremente participar, e por meio do seu voto, eleger uma pessoa integrada no processo educacional.

Segundo OLIVEIRA, MORAES E DOURADO (2014, p. 04)

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Apesar da sociedade ainda primar pelo individualismo, esse novo tipo de gestão ainda é muito desafiante, pois as decisões centralizadoras nas mãos do gestor passam a ter a comunidade como parceira, colaboradora, contribuindo para com o desenvolvimento da escola. Assim, para que a gestão seja democrática e participativa, o gestor deve propor que se trabalhe em equipe, possibilitando assim uma ação transformadora para garantir uma escola de sucesso. O gestor deve ser um bom líder, primar pelo bom trabalho na instituição escolar, promover a participação dos professores nas tarefas de forma que a escola atenda as necessidades da comunidade.

Segundo FERRETTI, ARAÚJO e FILHO (2013, p. 07)

A gestão democrática é processo de construção social que requer a participação de diretores, pais, professores, alunos, funcionários e entidades representativas da comunidade local como parte do aprendizado coletivo de princípios de convivência democrática, de tomada de decisões e de sua implementação.

É importante destacar que a escola tem necessidade de ter um gestor que tenha uma mente aberta e uma qualificação adequada para conduzir a escola com sapiência e dedicação. E, para assegurar a gestão democrática, cabe a priori respeitar principalmente os incisos do artigo 12 propostos pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.

Art. 12 Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Como explica RODRIGUES (2011, p.02)

Dentre os sete incisos descritos acima, é interessante observar a dimensão da gestão escolar na relação com a comunidade escolar. A relação escola-comunidade é uma relação onde ambas requerem a visibilidade e transparência da participação tanto da escola quanto da comunidade no processo de educação de qualidade.

A Constituição vigente consagra o princípio da gestão democrática em que o gestor não é mais um administrador autoritário, burocrático, servindo apenas aos comandos da Secretaria de Educação. Mas, ele é um administrador que tem a comunidade ao seu lado participando de todo o processo educacional da escola, trabalhando para a construção de uma escola mais coerente com a realidade.

Sendo assim, CURY (2014, p. 22) explica que

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art.37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência.

Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática.

Para a coordenadora SILVA (2014, p. 4)

Partilhando a gestão com a comunidade, a escola finca raízes, vai buscando soluções próprias, mais adequadas às necessidades e aspirações dos alunos e de suas famílias, e conquista aos poucos, autonomia para definir seu projeto.

Pode-se observar que o papel do gestor é criar um clima de coletividade na escola, incentivando a participação de todos nas tarefas que propiciem uma melhoria na aprendizagem dos alunos, não só no conhecimento, como também, na formação do indivíduo para o exercício pleno da cidadania.

Conforme VEIGA (1997, p. 18)

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista da socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

No contexto atual, para ser um gestor é preciso que se tenha dinamismo, saiba resolver conflitos e desencontros do dia-a-dia, criando alternativas para os problemas encontrados, deve integrar a comunidade no meio escolar, fazendo-a participar ativamente dos trabalhos escolares, saber ouvir e motivar a comunidade escolar.

O papel do gestor escolar não se resume meramente à administração do estabelecimento de ensino, mas a de um agente responsável por mudanças. (...)O gestor da atualidade deve gerenciar com responsabilidade, motivação, preocupado com a formação continuada de sua equipe, interagindo com a comunidade escolar, atualizando-se e, compartilhando conhecimentos. (OLIVEIRA, p.01,2013)

Cabe, portanto, argumentar que o verdadeiro gestor é aquele capaz de monitorar todas as ações educacionais e pedagógicas, administrativa dentro de uma perspectiva de liberdade e compromisso, com parcerias e valorização da equipe proporcionando assim o saber de todos.

## **2 – CONSELHO ESCOLAR**

A educação é um serviço público o qual o Estado tem a obrigação de prestar serviços à comunidade sem excluir quem quer que seja. Além disso, o sucesso da educação de qualidade depende da participação efetiva da sociedade nas escolas. A legislação educacional criou os conselhos escolares, na figura colegiada, com o objetivo de substituir decisões antes autoritárias por decisões democráticas, na busca de soluções para os conflitos existentes no âmbito escolar.

O Conselho Escolar é um instrumento que instituiu parcerias com a comunidade escolar o qual são escolhidos alguns representantes de vários segmentos para fortalecer a gestão escolar, estabelecendo assim um espaço participativo e democrático.

Por ser um órgão máximo de decisão da escola, o Conselho Escolar possibilita que professores, alunos, pais e funcionários participem das reivindicações discutindo, analisando e definindo o que é melhor para a escola. Contudo, é oportuno mencionar que esse colegiado não é um mero órgão utilizado para dar assinaturas em atas que já trazem prontas a prestação de contas. É preciso salientar que o Conselho Escolar foi criado para gerir a escola junto ao gestor, participando ativamente das decisões quanto a aplicação de verbas, observando o cumprimento do calendário, aprovando projetos que fazem a escola crescer e fortalecendo a parceria escola e comunidade.

É de fundamental importância lembrar fatos históricos que marcaram o surgimento dos Conselhos Escolares.

Segundo o trecho do texto extraído do caderno MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (2015, p.1)

O uso da expressão Conselho de Escola encontraria seu antecedente na experiência dos conselhos de fábrica, na experiência autogestionária dos movimentos socializantes do início do século XX na Rússia, Itália, Alemanha e outros, que situavam o poder de decisão nas corporações que o constituíam.

Após um longo período de regime militar vivido no Brasil, nas décadas de 80 e 90, eis que surgem movimentos em prol da democracia dando abertura para a sociedade participar, valorizando a participação local, criando conselhos em todas as áreas como conselhos tutelares, conselhos de saúde etc . Na área da educação, em especial na escola, foi criado o Conselho Escolar ou o Colegiado, para que a comunidade pudesse participar ativamente de tudo o que acontece no âmbito escolar.

NAVARRO et al (2004, p.13) cita que

O Conselho Escolar é o espaço que todos os segmentos da comunidade escolar e da comunidade local têm para discutir e encaminhar ações que assegurem as condições necessárias à aprendizagem na escola, para que as crianças, adolescentes e jovens possam ser cidadãos que participam plenamente da vida social.

Se a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, também é dever da comunidade tomar conhecimento do que acontece no âmbito escolar, onde seus filhos estudam. A participação comunitária nos conselhos escolares por meio de voz e voto, vêm substituir as decisões autoritárias, operando soluções coletivas a quaisquer problemas que surgem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9394/96, no seu art. 14 salienta que

**Art. 14º.** Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Observa-se que o referido artigo acima incluiu a figura dos Conselhos Escolares com o objetivo de substituir decisões autoritárias do gestor por decisões participativas da comunidade no sentido de resolver conflitos resgatando a função social da escola e assim, assegurando uma gestão mais democrática.

Como reza a Constituição, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. O Conselho Escolar veio para que a comunidade tenha ampla participação nas questões financeiras, administrativas e pedagógicas.

Por isso, é mister afirmar que o Conselho escolar tem o dever de fiscalizar, tomar decisões e apresentar soluções para quaisquer conflitos surgidos.

O Conselho Escolar caminha junto da direção escolar, da família, do poder público e educandos, na busca de soluções para os problemas de forma que garanta um trabalho satisfatório para a sociedade como um todo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como ficou demonstrado, a própria legislação educacional verificou que é preciso integrar comunidade e gestão para a implementação de uma democracia na escola. Sabe-se que para alcançar a democracia na escola ainda é muito difícil, pois muito se tem o que mudar, fazer e construir. A Escola Estadual Melo Viana, por intermédio de seu Projeto político-pedagógico, tenta buscar diferentes formas de estar mais presente no dia-a-dia da comunidade, fortalecendo as atividades propostas junto aos integrantes da comunidade.

Estas atividades em que a comunidade participa abrangem: reuniões com pais no intuito de informá-los sobre o desempenho de seu filho, realização de gincanas, Dia da Família, assembleias com a comunidade, Feira de Cultura. Este espaço em que há participação de todos os segmentos da escola, só vem reforçar o comprometimento que a escola tem em formar cidadãos para que ajam coletivamente em busca de soluções para os problemas que surgem.

Apesar das dificuldades em que a escola tem passado no ano passado com a transição de direção, é preciso destacar que o gestor não se encontra sozinho na escola. Ele tem perto de si um forte aliado, que é o Conselho Escolar, para ajudá-lo a tomar decisões. Um Conselho Escolar atuante não se deixa levar por leis, resoluções, ou que seus participantes ajam como meros robôs que somente assinam papéis, mas ele tem voz ativa, expõe suas opiniões diante dos problemas, sugere soluções e propõe melhorias para a escola junto ao diretor.

O Conselho Escolar da Escola Estadual Melo Viana sempre manteve um diálogo aberto com seus membros, procurando garantir um bom relacionamento entre os diferentes segmentos, para que todos possam trabalhar com objetivos comuns em relação à escola, sugerindo melhorias na infraestrutura, gestando recursos, traçando projetos pedagógicos como recuperação de alunos, eventos para trazer a comunidade para dentro da escola. A escola tem introduzido no seu calendário as reuniões do Conselho Escolar pelo menos uma vez por mês para que possam discutir e avaliar o que deu certo ou errado na escola e sugerir intervenções visando melhoria da escola, contribuindo assim para uma boa qualidade de ensino.

A Escola Estadual Melo Viana esta sob nova direção este ano. O novo gestor procura conduzir suas reuniões com os conselheiros da melhor maneira possível, expondo os problemas, procurando soluções e respeitando opiniões de todos .

Por isso, é importante destacar que gestor tem uma importante tarefa de mobilizar, motivar e capacitar a comunidade para a participação no Conselho Escolar,

mostrando sua importância, sua função para o bom funcionamento da escola. Escolhendo bem seus representantes, o gestor atua em conjunto, construindo uma escola mais democrática e participativa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 31 de dezembro de 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor escolar. Disponível: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>. Acesso em 31 dez de 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes et al. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Caderno 7. 2006.

FERRETTI, Celso João, ARAÚJO, Ronaldo Lima, FILHO, Domingos Leite Lima. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno V** : Organização e Gestão Democrática da Escola/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR, 2013. Disponível: [http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA\\_CRV/banco\\_objetos\\_crv/977AF3C9670D48C9986F47769CF7356B1722014090143\\_Cad%205%20-%20PRINT%20Organizacao%20e%20Gestao%20Democratica%20da%20Escola-.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/977AF3C9670D48C9986F47769CF7356B1722014090143_Cad%205%20-%20PRINT%20Organizacao%20e%20Gestao%20Democratica%20da%20Escola-.pdf). Acesso em: 12 jan de 2015.

NAVARRO, Ignez Pinto et al. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e a escolha do diretor**. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Caderno 5. Brasília: MEC, SEB, 2004

OLIVEIRA, João Ferreira, MORAES, Karine Nunes de, DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática**: definições, princípios, mecanismos de sua implantação. Disponível: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf) . Acesso em 02 jan de 2015.

OLIVEIRA, Geórgia Andreia de. **O papel do Gestor Escolar**. 22 de julho de 2013. Disponível: <http://www.portaleducacao.com.br/gestao-e-lideranca/artigos/49210/o-papel-do-gestor-escolar>. Acesso em: 03 jan de 2015

RODRIGUES, Márcio Santos. **Gestão escolar: regulamentações, definições e organizações.** Disponível  
:<http://www.pedagogia.com.br/artigos/definicogestaoescolar/>. Acesso em : 03 jan de 2015

SILVA, Maria Alice Setubal Souza e.(Coord.) **Gestão, compromisso de todos. Raízes e Asas.** CENPEC –Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.V.02.- 2014

VEIGA, Ilma Passos Alencastro.(Org.)**Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.**3ª ed.Campinas,SP: Papyrus, 1997 – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).





## **ANEXO: Projeto Político Pedagógico**



**ESCOLA ESTADUAL MELO VIANA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
DA ESCOLA ESTADUAL MELO VIANA  
"EM BUSCA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA"**

**GISLAYNE GIOSTRI RODRIGUES  
JACQUELINE HENRIQUES CORRÊA**

**BELO HORIZONTE  
2014**



## **ESCOLA ESTADUAL MELO VIANA**

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL MELO VIANA "EM BUSCA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA"**

**Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob a orientação do (a) Professor(a) Jeanne Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).**

**BELO HORIZONTE  
2014**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>04</b>
<b>1- FINALIDADES DA ESCOLA .....</b>	<b>07</b>
<b>2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>08</b>
<b>2.1 - Estrutura Organizacional Administrativa .....</b>	<b>09</b>
<b>2.2 - Estrutura Organizacional Pedagógica .....</b>	<b>10</b>
<b>3- CURRÍCULO .....</b>	<b>12</b>
<b>4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....</b>	<b>14</b>
<b>5- PROCESSOS DE DECISÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>6- RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>18</b>
<b>7-AVALIAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>25</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO A - Grade Curricular .....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO B - Calendário .....</b>	<b>33</b>

## INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a identidade da escola em um contexto contemporâneo, reconhecemos que sua função é inserir o indivíduo dentro de uma proposta de ensino-aprendizagem que seja alicerçada dentro de habilidades e competências capazes de propiciar ao educando atuar de maneira ampla no contexto social modificando-o politicamente, culturalmente e eticamente..

E dentro desta perspectiva, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola deve conter em sua proposta, ações e estratégias capazes de traduzirem propostas que propiciem a transformação do espaço escolar reconhecendo-o como o motivador para as modificações do processo ensino-aprendizagem.

Segundo OLIVEIRA (2010, p-01):

No contexto atual, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Estas alterações do capitalismo criam novas demandas e exigências para a escola, dentre as quais: a) o estabelecimento de finalidades educativas mais compatíveis com os interesses do mercado e do mundo do trabalho; b) a requisição de habilidades e competências que tornem os trabalhadores mais flexíveis e polivalentes para a vida profissional; c) a implementação de práticas docentes e escolares mais compatíveis com a chamada sociedade do conhecimento e da informação; d) as mudanças nas atitudes, no comportamento e, sobretudo, no trabalho docente, que tem por base expectativas, objetivos e ações externamente delineadas.

Ainda, segundo GADOTTI & ROMÃO (2001, p.33-41):

Um projeto político pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituíste. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

Sendo o PPP um dos principais instrumentos na construção de uma escola de qualidade e democrática, comprometida com a formação humana e do cidadão crítico e criativo, nele está a proposta de trabalho de um grupo, de uma comunidade. Por isso, é de fundamental importância o envolvimento de toda comunidade escolar para que esse plano não seja mais um documento nos arquivos da escola.

O artigo 12 da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, propõe em seus incisos a elaboração do PPP,

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; [\(Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009\)](#)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. [\(Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001\)](#)

Para se alcançar o estabelecido na LDB cabe a todos ajudar na elaboração e execução do PPP, sendo necessária uma proposta que atenda as necessidades da comunidade escolar, adequada a realidade social e física da instituição, bem como aos preceitos da lei.

Para atender a comunidade local, a E. E. Melo Viana conta na sua estrutura física com 09 salas de aula, refeitório, banheiros para funcionários, banheiros para os alunos, biblioteca, sala de professor, sala de direção e vice direção, secretaria, sala de vídeo, sala de informática, sala para a supervisão, sala para o financeiro e um espaço físico capaz de atender aproximadamente 350 alunos por turno. Já na sua estrutura humana conta com 26 professores, bibliotecária, um diretor e vice - direção, um gestor financeiro, funcionários de limpeza e cantina, secretária e auxiliares, supervisão e pedagogos.

A Escola Estadual Melo Viana, de Ensino Fundamental, localizada na Rua Bom Sucesso, nº 345, Bairro Carlos Prates, tel. - 3462 10 88, foi criada no decreto nº 11.394 de 22 de junho de 1934, publicado no "Minas Gerais", órgão oficial dos poderes do Estado, em 23/06/1934, (o DPR/1 - SEE), em 19 de março de 1970.

Foi criada no governo do Presidente de Estado o Exmo. Sr. Dr. Olegário Maciel, sendo secretário de Educação e Saúde Pública o Exmo. Sr. Noraldino Lira. Até meados de 1958 funcionou em um pequeno prédio, já velho, de 04 salas, sem conforto para atender às necessidades do ensino. O mesmo foi então reconstruído e ampliado

pela CARPE, em 1960. À época de sua reinauguração era governador do estado o Exmo. Sr. Dr. José Francisco Bias Fortes e o secretário de educação, o Sr. Cyro de Aguiar Maciel.

Iniciando suas atividades com o nome de Grupo Escolar Melo Viana - atendendo alunos da 1ª a 4ª série, passou a Escola Estadual Melo Viana, por um decreto coletivo nº 16 244, de 08 de maio de 1974, publicado em 09 de maio do mesmo ano e assinado pelo então governador do estado, o Exmo. Sr. Dr. Rondon Pacheco. A escola, criada com a finalidade de atender a numerosa população do Bairro Carlos Prates, passou a receber não só a população local, mas também a dos bairros adjacentes e outros que não tinham sido beneficiados com a extensão da rede escolar da época.

Assim, foi autorizada a extensão à 5ª série do 1º grau, pela resolução nº 3025/79, de 02/03/1979 e gradativamente foram ampliadas as demais séries do 1º grau, constituindo-se o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série.

Localizada no Bairro Carlos Prates, próximo à área central, a comunidade atendida é de classe média, mas atende também a população mais carente da Vila São Francisco (Buraco do Peru). A maioria dos alunos compostas por filhos de trabalhadores de diversas áreas de serviços urbanos, com certa escolarização das famílias, entretanto uma parte são filhos de pessoas com baixo nível de escolaridade, chegando a casos de famílias com pais analfabetos. A escola tem seu fluxo interno, mas também atende alunos oriundos da E. E. Padre Eustáquio e da E. M. Dom Jaime.

A escola que funciona dois turnos, atende o Ensino Fundamental de 6º ao 9º anos ea faixa etária dos alunos varia de 10 a 15 anos. O sistema de ensino é seriado, organizado em dois ciclos, com duração de dois anos cada, que correspondem ao Ciclo Intermediário, (6º e 7º anos) e Ciclo da Consolidação (8º e 9º anos).

## **1- FINALIDADES DA EDUCAÇÃO**

Segundo diz KAPUZINIAK (2000, p. 104):

A educação propicia uma efetiva incorporação de instrumentos culturais que se transformam em elementos ativos de transformação social> É assim como ela torna-se um poderoso instrumento de Ita da classe dominada e o lugar de uma contra hegemonia.

Considerando que a escola é por si só um espaço de excelência da construção

de conhecimento, que norteia o trabalho educativo com a visão do homem como um ser que se relaciona consigo mesmo, com os outros, e com o universo, numa constante busca de interação e liberdade. Pode-se dizer que esse pensamento pressupõe: respeito às diferenças de sexo, etnia, cultura, classe social, religião e opiniões; determinação de assumir a própria história e ser capaz de participar, interpretando e transformando a realidade, na busca permanente da transcendência; comprometendo - se com os valores éticos universais; experimentação e descoberta do novo, numa contínua valorização de uma identidade.

O respeito à diversidade dos alunos é parte integrante da proposta da E. E. Melo Viana. As ações pedagógicas propostas, inspiradas no Relatório da UNESCO (2008) são baseados nos quatro pilares da educação: aprender a aprender, a aprender a ser e conviver, aprender a fazer e aprender a conhecer, complementando -se a educação integral do aluno.

O desejo da escola é uma Proposta Pedagógica que ultrapasse o desenvolvimento cognitivo, dando lugar a uma educação que envolva ações e valores. sociais, morais, num contexto interativo e saudável. A aprendizagem estará relacionada à realidade do aluno no contexto social em que está inserido.

Segundo o dicionário Aurélio (1991, [s/p], *apud* LEANDRO e PLATT, 2014, p.169):

A educação é o processo de desenvolvimento da capacidade física intelectual, e moral do ser humano visando a sua integração individual e social, ou seja, um ambiente educacional de qualidade que tenha a interação dos professores com os alunos, sendo que devemos estar aprendizagem. A educação visa formar um indivíduo crítico, capaz de se auto avaliar, podendo ele por si mesmo através das suas atitudes, avaliar sobre numa constante educação aprendizagem, pois não existe educação sem o que esta fazendo, analisar se esta certo ou errado e verificar como poderá prosseguir (...).

O aluno atendido pela E. E. Melo Viana deve ser autônomo, responsável, comprometido, crítico, curioso, reflexivo, mas também humano, solidário, que saiba conviver e acima de tudo respeitar as diferenças.

Por sua vez, a escola deve ofertar ao aluno as oportunidades para aquisição de habilidades e competências ligadas a leitura e escrita, ao raciocínio lógico matemático, as novas tecnologias da informação, entre outros.

Assim, com a finalidade de atender a numerosa população do Bairro Carlos Prates, a E. E. Melo Viana, pretende ser uma escola de referência pela qualidade do

ensino ministrado, buscando reduzir o abandono e a repetência, elevando o nível de aprendizagem dos alunos, o de participação das famílias, valorizando e capacitando os profissionais que nela atuam, garantindo o direito a educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, art. 205):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A escola deve comprometer - se com uma educação com qualidade social, garantindo ao educando o desenvolvimento da capacidade de aprender, a compreensão do ambiente natural, social, político e tecnológico, a formação de atitudes e valores, bem como o fortalecimento de vínculos de família - solidariedade e tolerância. Dessa forma, preparando o indivíduo para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.

## **2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

O planejamento e a proposta de elaboração do Projeto Político Pedagógico de uma escola constituem um desafio, na medida em que se propõe a desenvolver um conjunto de ações visando a organização do trabalho e a qualidade do ensino em prol do educando. Para tanto, é preciso que se tenha uma participação efetiva da comunidade escolar, na busca de estratégias para solucionar os problemas diagnosticados na escola, e assim, alcançar os objetivos propostos.

### **2.1- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA**

A estrutura administrativa da Escola Estadual Mela Viana, de Ensino Fundamental, conforme a legislação do Estado a que é regida, tem em sua composição: um diretor que organiza e direciona, de maneira democrática e participativa, todas as atividades da escola junto de sua comunidade escolar. Um vice-diretor que auxilia o diretor nas questões administrativas e/ou pedagógicas, desempenhando a mesma função numa eventual substituição do diretor. Uma Secretaria da escola que conta com 03 funcionários que cuidam da escrituração da escola e atendimento ao público. Um ATB que cuida dos recursos financeiros. Duas supervisoras para o acompanhamento dos trabalhos dos professores, atendimentos dos pais e alunos. Seis Ajudantes de Serviços Gerais que cuidam da manutenção,

conservação e limpeza da escola. O corpo docente é constituído por 26 professores, que possuem licenciatura e pós-graduação, em exercício na escola, e tem como objetivo principal o processo de ensino- aprendizagem.

O prédio da escola está em razoável condição de funcionamento. Ele possui: 09 salas de aula, 01 refeitório, 02 banheiros para funcionários, 02 banheiros (masculino e feminino) para os alunos, 01 biblioteca com um grande acervo de livros, 01 sala de professor, 01 sala de direção e vice direção, 01 secretaria, 01 sala de vídeo, 01 sala de informática, 01 sala para a supervisão, 01 sala para o financeiro.

Quanto a materialidade, os recursos pedagógicos disponíveis incluem computadores, TVs e DVs, data - show, projetor, acervo literário e ainda livros didáticos e paradidáticos, material esportivo, e recursos para compra de materialidade para uso diário.

Os recursos financeiros provenientes do governo federal e estadual são administrados pela Caixa Escolar, e destinados à formação do aluno e melhorias físicas e pedagógicas da escola.

Na organização administrativa a Escola Estadual Melo Viana apresenta pontos fortes e pontos a serem melhorados no decorrer dos anos. Os pontos fortes são que a escola é pequena, por isso é fácil a sua organização. Possui boa clientela e um bom nível de formação de seus professores. Atende os alunos encaminhados da Escola Estadual PadreEustáquio e Escola Municipal Dom Jaime. Os pontos a serem melhorados são que a escola precisa de melhorias na infraestrutura, da construção de um ginásio poliesportivo e de espaço para recreação dos alunos.

## **2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA**

A Lei de diretrizes e Bases nº 9394/96, no seu art. 1º prevê que:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No intuito de atender ao que se refere a Lei de Diretrizes e Bases, a organização didático -pedagógica da Escola Estadual Melo Viana propõe a educação como a forma mais adequada e regular de preparar o indivíduo para realização de seu

direito, integrando -o a vida social produtiva, com consciência de seus direitos, deveres e senso crítico.

Porém, segundo SOUZA apud SILVA (2011, p. 01):

Observa - se um distanciamento entre as proposições do planejamento ao nível do sistema educacional e sua incorporação pelas escolas, ao planejar suas próprias ações. Isto implica que se considere que, na relação entre esses dois âmbitos do planejamento, produzem-se mediações que muitas vezes escapam ao controle puro e simples dos propositores das políticas educacionais. É neste movimento, muitas vezes, que se consolida a autonomia das escolas, que se constitui, no entanto, de forma sempre relativa.

Sendo assim, a proposta educativa deve adequar - se às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade, sendo voltada para os interesses e motivação dos alunos e devem ser trabalhados com objetivos precisamente traçados e formulados á partir de estratégias e ações para desenvolver as competências e habilidades de acordo com Parâmetros Curriculares Nacionais, Currículo Básico Comum (CBC's) e Matrizes de Referência. Para que se faça a mediação entre a escola e o sistema educacional há um acompanhamento feito por um funcionário - supervisora da Secretaria de Estado da Educação.

Assim, a partir de orientações elencadas na Resolução de nº 2.197/2012, da Secretaria Estadual de Educação, a organização da escola para atingir sua proposta educativa é dividida em ciclos: intermediários e de consolidação. O Ciclo Intermediário, com duração de dois anos compreende os 6º e 7º anos; enquanto o ciclo de Consolidação, também com duração de dois anos, compreende o 8º e 9º anos. As turmas são compostas por alunos de faixas etárias que variam de 10 anos (ciclo inicial) a 15 anos para os ciclos finais, contendo cada uma a média de 37 alunos por turma. O ingresso na escola é feito por cadastro escolar.

Considerando ainda, o respeito à diversidade, o respeito pelo outro e ao meio ambiente, a solidariedade, a escola propõe projetos a serem desenvolvidos. Entre eles destacam - se propostas de trabalho sobre: bullying, sexualidade, drogas, reciclagem, consciência negra, mostra de profissões, gentileza e solidariedade, hábitos de higiene, entre outros. Destaca-se ainda o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) da Secretaria Estadual de Educação, que busca sanar as defasagens de aprendizagem.

Para atingir seus objetivos pedagógicos são realizados encontros semanais com os professores da mesma área sob a coordenação das supervisoras e ainda,

mensalmente são realizadas as reuniões para a confecção de um novo Planejamento. Há reuniões bimestrais com os pais ou responsáveis dos alunos, para a entrega de resultados e avisos administrativos.

A organização pedagógica da Escola Estadual Melo Viana, no que se refere a estrutura pedagógica da aprendizagem, pode ser descrita por WANESSA (2010, p.01):

Em nível pedagógico do sistema educativo o professor é responsável pela organização do trabalho docente observando os trâmites da função maior da escola, o de democratizar os conhecimentos construídos pela humanidade ao longo da história.

Observando as dificuldades dos alunos na aprendizagem das matérias Português e Matemática a Escola Estadual Melo Viana buscou parceria com o SESC e criou o Projeto de Educação de Tempo Integral (PROETTI). O PROETTI é um projeto em tempo integral para atender alunos do 6º e 7º anos que têm dificuldades de aprendizagem nas referidas matérias citadas acima. A escola confeccionou um horário de modo que o aluno possa estudar e fazer suas tarefas extraclasse oriundas do Ensino Regular, bem como praticar atividades de dança e esportes no SESC. Nesse ínterim há o envolvimento da equipe pedagógica para acompanhar o desenvolvimento do aluno e auxiliar os professores.

Enfim, acreditando na possibilidade de mudanças, a escola vem buscando alternativas para suprir suas deficiências e oferecer a sua clientela uma estrutura pedagógica que atenda as necessidades da comunidade local.

### **3- CURRÍCULO**

O grande desafio do Projeto Político Pedagógico é materializar o currículo, pois o mesmo é um instrumento que auxilia a escola a se organizar pedagogicamente, sendo construído a partir de acordos e conflitos diários no interior da escola.

Conforme VEIGA (1997, p.26-27)

Currículo é uma construção social do conhecimento pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.

Na elaboração do currículo, há sempre a preocupação de relacionar os conteúdos com a realidade dos alunos no momento em que se vai decidir o que

ensinar, respeitando a sua experiência de vida, sua realidade e conhecimentos já dominados. Os componentes curriculares abrangem os tempos escolares, os conteúdos, as avaliações, a metodologia.

Segundo TEIXEIRA (2002, p.01)

Os objetivos do planejamento curricular são: ajudar aos membros da comunidade escolar a definir seus objetivos; obter maior afetividade no ensino; coordenar esforços para aperfeiçoar o processo de ensino - aprendizagem; propiciar o estabelecimento de um clima estimulante para o desenvolvimento das tarefas educativas.

Ao pensar no currículo para a E. E. Melo Viana, direciona - se a priori para a sua Matriz Curricular (ANEXO A), pois é ela que orienta os conteúdos a serem trabalhados no decorrer do ano letivo. Procura - se, no entanto, resignificar este currículo de acordo com a realidade da comunidade, e muitas vezes diversificando - o de turma para turma, turno para turno.

Hoje se tem uma clientela diversificada, como por exemplo, os alunos de "inclusão". Nestes casos, promove - se um currículo diferenciado, capaz de atender as demandas individuais. Assim, diversificando-se o currículo, concretiza - se o mesmo como instrumento de expressão pedagógica.

Conforme explica MACHADO, RICETO e BARBOS (2010, p. 01)

O currículo escolar é importantíssimo por ser um instrumento que norteia o trabalho desenvolvido na escola, e ser marcado pela visão de mundo da sociedade do momento; e sua prática reflete na visão de mundo expressado nos documentos orientadores por meio das formas efetivas de ação dos agentes educacionais, e, dos valores, normas, hábitos, atitudes que governam as relações nas salas de aula.

De acordo com SILVA (2014, p. 01)

No atendimento às necessidades dos alunos e da sociedade, o currículo deve considerar as exigências de um mundo de relações complexas e diversificadas, proporcionando ao aluno um conjunto de experiências que lhe assegure a compreensão de sua realidade, uma fundamentação sólida em termos de formação básica que instrumentalize o aluno para atuar sobre esta realidade de forma crítica.

A Matriz Curricular da Escola Estadual Melo Viana (ANEXO A), referente ao Ensino Fundamental, é elaborada de acordo com os parâmetros definidos pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB 9394/96, discutido na Comunidade Escolar e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado.

De acordo com a Resolução de nº 2.197/2012, os componentes Curriculares Obrigatórios do Ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os

referentes a Linguagens que abrangem a Língua Portuguesa, Língua Materna (para populações indígenas), Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e obrigatoriamente a musical, Educação Física; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas que abrange História, Geografia; Ensino Religioso.

Para cumprir o seu papel, a Escola Estadual Melo Viana propõe um trabalho de modo a conciliar os conteúdos com as diferenças subjetivas de gênero, raça e etnia entre outras, construindo assim um currículo numa perspectiva multicultural escolhendo temas que partam da realidade, da identidade social e cultural dos alunos.

A escola trabalha de modo que haja um desenvolvimento efetivo do aluno, zelando sempre pelo seu futuro, qualificando-a para o trabalho e preparando-o para uma melhor convivência na sociedade.

#### **4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Melo Viana o Calendário Escolar (ANEXO B) é elaborado em acordo com os parâmetros definidos em norma específica, publicada anualmente pela Secretaria de Estado da Educação – SEE – discutido e aprovado pelo colegiado e amplamente divulgado para a Comunidade Escolar.

Segundo VEIGA (1997, p. 29)

O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas, cursos etc.

A escola tem o seu planejamento organizado bimestralmente, tendo flexibilidade para sofrer alterações a qualquer momento que se queira. O horário das aulas funciona da seguinte maneira: o turno Matutino começa às 7 horas e 05 minutos e termina às 11 horas e 25 minutos, tendo 15 minutos de recreio; o segundo turno começa às 13 horas e termina às 17 horas e 25 minutos, tendo também 15 minutos de recreio. As aulas são distribuídas em 05 aulas diárias de 50 minutos cada uma.

Embora a escola esteja organizada no tempo do "relógio" ou cronológico, busca - se orientar o Projeto Político Pedagógico dentro de uma perspectiva do tempo em harmonia com as ações pedagógicas, relacionando-o com os saberes, motivando e respeitando o ritmo diferenciado de cada aluno, de cada disciplina, de cada conteúdo,

ou seja, entendo que a ação utiliza o tempo concreto que na verdade , é o tempo da aprendizagem.

O tempo escolar do Ensino Fundamental da E. E. Melo Viana é dividido em dois ciclos no Ensino fundamental; o ciclo intermediário e o ciclo de consolidação. O ambiente escolar, onde o aluno passa a maior parte do seu tempo deve oferecer segurança, harmonia e aprendizado. Esse espaço é reservado para que o aluno possa interagir com outras pessoas, se socializar e desenvolver para a vida.

Para MOURA (2014, p. 141)

(...) a organização do espaço é uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento integral da criança. Um espaço adequadamente organizado ajuda no desenvolvimento das potencialidades das crianças à medida que contribui para o desenvolvimento de novas habilidades, sejam elas motoras, cognitivas ou afetivas.

Para além da sala de aula, as atividades de aprendizagem são desenvolvidas em diversos espaços da escola, dentre eles podemos destacar a biblioteca, a sala de vídeo/multimídia, o laboratório de informática.

O tempo de aprendizagem também ocorre fora dos espaços da escola, nas atividades de campo, nas excursões pedagógicas. Este tempo é fundamental para que o professor conheça e perceba seu aluno.

De acordo com FOGAÇA (2014, p.01)

O professor também necessita de tempo para conhecer melhor seus alunos, exercer sua formação continuada dentro do ambiente escolar, participar de cursos e palestras de formação continuada, preparar suas aulas, diários, avaliações, atividades didáticas e acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação.

Portanto, mencionando a organização do tempo e espaço escolar no Projeto Político Pedagógico mostra que isso é necessário que o professor veja se seus alunos estão aprendendo ou não conteúdo lecionado. Para isso, a escola dispõe de tempo de formação do professor, reuniões, tempo para discussão dos processos pedagógicos e o espaço para realização das atividades propostas aos alunos para o desenvolvimento de uma aprendizagem com qualidade.

A E. E. Melo Viana, organiza seu tempo seguindo as normas previstas em lei, oferecendo ao professor tempo para sua organização pedagógica e formação, sem prejuízo da carga horária destinada ao aluno.

## **5- PROCESSOS DE DECISÃO**

A direção da Escola E. Melo Viana ocupa uma posição importante na estrutura de funcionamento do ensino público, uma vez que responde pela participação da escola com a comunidade em que está inserida. Procura garantir o bom funcionamento e atendimento pedagógico dos alunos e pela boa relação com os órgãos administrativos ligados a Secretaria Estadual de Educação (SEE).

A gestão é democrática e participativa, onde os segmentos são ouvidos e envolvidos nos processos de decisão. A escola é aberta às famílias, possui colegiado, formado pelos diversos segmentos da escola: alunos, pais, professores, funcionários, além é claro da direção que ocupa a presidência do mesmo.

Assim, MARQUES e SILVA ( 2014, p. 14) destacam que

a gestão democrática refere-se ao compartilhamento com toda comunidade escolar, do poder decisório e das responsabilidades provenientes disto, passando pelos processos de planejamento e pela avaliação dos resultados.

Ainda nesta mesma linha, JUÇARA e RAIMUNDO (2001, pág. 31) reforçam que,

Na gestão democrática, em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. Para tanto, é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar, quanto a presença de professor e alunos.

Internamente, as relações na escola são pautadas no respeito, o que também podemos nos referir a relação com as secretarias e demais componentes da SEE. A escola não possui grêmio estudantil nem associação de pais. Os recursos são provenientes da SEE - Secretaria Estadual de Educação e são gerenciados pela Direção e Colegiado Escolar com aval do Conselho Fiscal e são ainda monitorados pela SEE/MG e SER.

Todo o recurso só poderá ser utilizado após planejamento e aprovação do colegiado, garantindo a participação de toda comunidade escolar.

Segundo PRAIS (1990); citado por JUÇARA e RAIMUNDO ( 2001 , pág. 34):

para acontecer a administração participativa na escola é preciso que o diretor, professores, alunos e pais se proponham a isso. O diretor pode estimular ou enterrar o processo, mais o êxito da experiência dependerá do aprendizado vivencial de participação construtiva de cada um e de todos os componentes da Instituição. Para tanto o que importa não é o

resultado obtido a curto ou em médio prazo, mas sim, o esforço empregado para se alcançar o resultado desejado.

O processo de funcionamento da secretaria da escola é orientado e coordenado pela secretária, que exerce um cargo em comissão na escola. Pedagogicamente, professores, supervisão e coordenação tem autonomia para planejamento e desenvolvimento pedagógico, à partir das orientações dos órgãos competentes, tendo em vista a necessidade do público atendido, os indicadores da Base Nacional Comum e também os índices da escola no IDEB.

A gestão é composta por uma direção, vice - direção, pedagogos, gestor financeiro, secretária, bibliotecária que juntamente com o corpo docente, alunos, famílias, colegiado e comunidade são responsáveis pelos encaminhamentos e decisões no âmbito da escola. De maneira Geral a direção é eleita juntamente com o vice-diretor, escolhidos pelas categorias de especialistas, funcionários, professores, alunos e pais.

O processo de tomada de decisões, pautado na gestão democrática e participativa é um processo longo, difícil e que requer da gestão da escola muita afinidade com todos os segmentos da escola, para que assim seja possível criar um clima escolar construtivo, pautado no respeito, na escuta e na busca de decisões que serão benéficos a toda comunidade escolar.

Diante disso, a direção da Escola Estadual Melo Viana, de forma democrática e transparente, expõe numa reunião com o colegiado da escola, os problemas relacionados à escola, para que juntos possam buscar soluções para os conflitos existentes. Com este tipo de gestão participativa, a escola somente tem a ganhar.

## **6- RELAÇÕES DE TRABALHO**

A construção de uma escola democrática e de qualidade, tendo como prioridade a formação do aluno, tem a preocupação que todos se respeitem no trabalho e que este seja realizado em equipe.

De acordo com LEANDRO e PLATT (2014, p.168-169)

Relações do trabalho atitudes de solidariedade e de participação coletiva, em uma instituição todos devem estar ligados devendoum colaborar com o outro caso haja necessidade, principalmente no âmbito escolar, pois a escola é onde se passa princípios, de coletividade recíproca e não de rivalidade, não há a necessidade de se ter uma hierarquia, um dando ordens no serviço do outro, sendo ai que acaba gerando conflitos, tenções, rivalidade, muitas vezes acaba refletindo até mesmo com os alunos, não bastando as rivalidade

que as vezes já existem entre alunos, acaba tornando um ambiente de convívio difícil.

Por ser uma escola pequena, com localização central e cujo alunado são filhos de trabalhadores, o clima escolar é pautado no diálogo e na busca de solução para os diversos conflitos. Por isso se faz necessário as reuniões periódicas priorizando buscar as soluções para os conflitos existentes e a distribuição das funções de cada profissional tendo como orientação a lei que organiza o pessoal da escola.

É importante salientar que os funcionários da escola têm formação profissional e a maioria têm pós-graduação e que a mesma está sempre disponibilizando professores para cursos capacitação oferecidos pela SEE/MG – Metropolitana B e Magistra, para que possam se atualizar e melhor atender a sua clientela. E mais, a escola procura despertar a busca constante de informação e a troca de experiência da prática pedagógica, através de reuniões de Modulo II, conversas informais, dentre outras, facilitando a relação dos profissionais da escola, diminuindo-se os conflitos através do respeito a capacidade de cada um.

Segundo LIMA et al (2011, p. 01)

a formação continuada apresenta-se como fator relevante para uma atuação repleta de significação, possibilitando ao educador maior aprofundamento dos conhecimentos profissionais, adequando sua formação as exigências do ato de ensinar, levando-os a reestruturar e aprofundar conhecimentos adquiridos na formação inicial. O professor que participa de atividades de formação continuada pode refletir sobre suas práticas e trabalho diário. Além disso, o processo de formação contínua de professores lhes possibilita ter consciência das delimitações da ação pedagógica bem como a busca de autonomia. A formação continuada apresenta-se então como um processo inacabado próprio da formação de um profissional às exigências do exercício de sua profissão.

A relação e integração com a comunidade se dá na distribuição das responsabilidades e do poder decisório, seja nas relações entre professor - aluno, pautado no respeito às diferenças, no reconhecimento do aluno cidadão e na importância do professor na relação com o conhecimento; seja no dia a dia da relação escola - comunidade, pautada na parceria e na inserção da comunidade no cotidiano da escola.

A E. E. Melo Viana desenvolve atividades que vão desde o atendimento individualizado dos pais e da família, como na abertura da escola para visita - presença dos pais, como também em atividades festivas - Festival de Talentos, Competições Esportivas, e na capacitação da relação pais e filhos.

A E. E. Melo Viana também se preocupa com a integração da escola com a sociedade, por isso, busca diferentes formas de comunicação com os órgãos públicos que gerenciam a escola, bem como com instituições e organizações compromissadas com as questões ligadas a atividades do trabalho educativo.

## 7- AVALIAÇÃO

A avaliação é parte do Projeto Político Pedagógico apoiado em princípios e valores comprometidos com a aprendizagem de todos os alunos e com a transformação da realidade. Ela deve ser entendida como elemento dinâmico que perpassa toda a efetivação do processo. Deve refletir sobre dois aspectos: avaliação da aprendizagem e o rendimento escolar, com a verificação do aproveitamento do aluno e avaliação do plano de trabalho da escola, abrangendo a revisão do próprio PPP.

Segundo Veiga (1997, p.191)

O estabelecimento de critérios para a avaliação do aluno está estreitamente vinculado à organização curricular. Baseado nos conceitos básicos definidos para cada série e nos critérios gerais a eles referidos, o professor elabora sua proposta específica, considerando as características próprias do grupo em que atua. Surgem daí os critérios para a avaliação nas dimensões cognitivas afetivas e motoras, considerando as possibilidades e os limites de cada turma e as individualidades de cada aluno.

Para ESTEBAN (2002, pág. 138-139)

é imprescindível destacar o papel de cada sujeito envolvido no processo de avaliação. De início, pode-se destacar o aluno como sujeito responsável pelo ato de aprender, pois a aprendizagem é de sua responsabilidade na relação com o professor, com seus colegas e com o conhecimento, portanto, ninguém melhor que o próprio aprendiz para dizer o que está aprendendo ou não.

Ainda, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, no seu art. 24<sup>º</sup> destaca:

Art. 24<sup>º</sup>. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Seguindo o descrito na LDB acima e nas orientações da Resolução 2.197/2012 da Secretaria de Estado da Educação – SEE, conforme artigos a seguir.

Art. 75 Poderá beneficiar-se da progressão parcial, em até 3 (três) Componentes Curriculares, o aluno que não tiver consolidado as competências básicas exigidas e que apresentar dificuldades a serem resolvidas no ano subsequente.

§ 1º O aluno em progressão parcial no 9º ano do Ensino Fundamental tem sua matrícula garantida no 1º ano do Ensino Médio nas Escolas da Rede Pública Estadual, onde deve realizar os estudos necessários à superação das deficiências de aprendizagens evidenciadas nos tema(s) ou tópico(s) no(s)

Desta forma, a E. E. Melo Viana garante a avaliação continuada e bimestral do aluno, a promoção e a progressão parcial (dependência) no Ensino Fundamental, a partir do 6º ano, em até 03 conteúdos no ano subsequente. Esta progressão deve ser decidida pelos professores e avaliada pelo Conselho de Classe, levando-se em conta o desempenho global do aluno, seu envolvimento no processo de aprender e não apenas a avaliação de cada professor em seu conteúdo, de forma isolada, considerando-se os princípios da continuidade da aprendizagem do aluno e da interdisciplinaridade.

Art. 77 É exigida do aluno a frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária anual total.

Parágrafo único. No caso de desempenho satisfatório do aluno e de frequência inferior a 75%, no final do período letivo, a Escola deve usar o recurso da reclassificação para posicionar o aluno no ano seguinte de seu percurso escolar.

Neste caso, reclassificação, conforme artigo em tela, também é definida pelos professores e avaliada pelo Conselho de Classe. Os documentos que fundamentam e comprovam a reclassificação do aluno são arquivados na pasta individual do mesmo.

Art. 78 A Escola deve oferecer aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de

todo o ano letivo, após cada bimestre e no período de férias, a saber:

III - estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente, quando as estratégias de intervenção pedagógica previstas nos incisos I e II não tiverem sido suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno.

A Escola Estadual Melo Viana utiliza de todos os procedimentos, recursos e instrumentos diversos para propiciar ao aluno um progresso contínuo, no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagem.

Ao longo dos últimos anos, a escola tem recebido alunos de Inclusão, cujo acesso à escola de Ensino Regular é assegurado pelas Leis nº 7.853/1989 e nº12.764/2012, com processo de avaliação especial garantindo a sua permanência e avanço pedagógico. O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é o instrumento norteador do processo na educação especial.

A Secretaria de Estado de Educação e a Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, no seu Guia de Orientações da Educação Especial (2014, p. 8-10) traz em seu bojo algumas das adaptações considerando-se os instrumentos e práticas avaliativas mais utilizadas:

- a. Prova: Este instrumento de avaliação, normalmente, prevê respostas por escrito dos alunos, é utilizado para aferir a aprendizagem do conteúdo trabalhado em sala de aula. De acordo com a necessidade específica do aluno, pode lançar mão de recursos, tais como leitor ou intérprete de Libras; ampliação da fonte, uso de desenhos, ou pictogramas, provas em braile ou em outros meios de comunicação; adaptações no conteúdo da prova ou até mesmo supressão de conteúdos conforme a necessidade especial do aluno;
- b. Observação e Registro: A observação do processo de aprendizagem feita pelo professor deve ser devidamente registrada. Portfólio, maquetes, fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo podem ser utilizados com a finalidade avaliativa para comprovar a participação e o desenvolvimento do aluno;
- c. Trabalhos e Provas operatórias (individuais e/ou em grupos): são atividades e instrumentos importantes no processo de aprendizagem de alunos com deficiência, pois maximizam a participação e as trocas de conhecimento.
- d. Auto-avaliação e avaliação compartilhada: Ouvir o próprio aluno e os seus colegas sobre as suas facilidades e dificuldades na aprendizagem propicia ao professor refletir sobre o processo de ensino. Compartilhar suas considerações com a família e até mesmo com outros profissionais que ofertam o atendimento traz ao professor a possibilidade de conhecer a opinião de atores externos ao processo.

Além do processo de avaliações internas, a escola conta com a realização de avaliações externas ou avaliações em larga escala, a nível nacional, como: SIMAVE, PROVA BRASIL, PAAE, SAEB, realizadas pelo governo federal, que visam identificar, orientar e solucionar problemas na aprendizagem dos alunos da rede pública, e verificar o desempenho dos professores e da escola como um todo.

Segundo SILVEIRA e FERRON (2012, p. 08)

As avaliações de larga escala são um fenômeno que não passa mais despercebida nos sistemas de educação básica de todo o país. Esta cultura impregnou-se na educação brasileira desde a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, e nasceu com dois objetivos: avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas. Para tanto, ele gera médias estaduais, regionais e uma nacional.

A análise dos resultados destas avaliações deve ser considerada na sistematização das avaliações internas e do processo de ensino - aprendizagem. Os resultados do SAEB devem ser levados em conta, assim como o contexto escolar em que está inserida a escola.

A E. E. Melo Viana, da Rede Estadual de Ensino participa de avaliações estaduais (SIMAVE e PROALFA), de avaliações federais (PROVA BRASIL, PROVINHA BRASIL, ANA).

A Escola Estadual Melo Viana propõe um conjunto de ações para preparar o aluno para as avaliações que são desenvolvidas em reuniões, com a finalidade de conscientizar a família, a comunidade de sua importância no desenvolvimento sócio - educativo do aluno.

Reafirmando o pensamento educacional da E. E. Melo Viana, NAVARRO (2010, p-01) afirma que:

[...] dada a forma dinâmica e interdependente do trabalho educativo, as perguntas anteriormente apresentadas despertam a atenção para a importância das condições físicas, materiais e da postura democrática dos membros da escola. Além disso, a ação docente e o desempenho dos estudantes são focalizações importantes para compreender o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre todos: gestores, professores, estudantes, educadores não docentes e pais.

Seguindo esta linha de pensamento percebe-se que é preciso avaliar não só o produto final das avaliações, mas todo processo de ensino - aprendizagem e quem foram e como atuaram os responsáveis participantes do mesmo.

A avaliação não abrange somente o aluno, mas o professor, a equipe pedagógica e os funcionários da escola. Esta avaliação traz em seu bojo uma contribuição para a melhoria do trabalho na escola. A direção da escola, no início do ano, escolhe uma comissão, composta por professores, para que ela possa avaliar todos os funcionários, a cada semestre.

Conforme Lei Complementar 71/2003, que institui a Avaliação de Desempenho Individual -ADI

"Art. 3º A ADI do servidor estável ocupante de cargo de provimento efetivo e do detentor de função pública, de que trata o "caput" do art. 1º, será

realizada por Comissão de Avaliação constituída, paritariamente, por membros indicados ou eleitos pelos avaliados e por membros indicados pelo órgão ou pela entidade nos quais o servidor ou o detentor de função pública estiverem em exercício, nos termos de regulamento.

Esta avaliação traz em seu bojo uma contribuição para a melhoria da aprendizagem e crescimento do trabalho dos profissionais da escola e o êxito na realização das metas pautadas nos planejamentos anuais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Construir uma escola de qualidade que atenda as demandas da comunidade local, sem perder o foco no seu papel educativo é o desafio dos tempos modernos. No mundo globalizado, tecnológico em que estão inseridas as comunidades e sociedades atuais, cabe a escola mostrar o quanto é importante seu papel de formadora, preparando o indivíduo para a cidadania e para o mundo do trabalho sem, no entanto perder sua essência, a sua história.

Cabe a gestão democrática e ao poder público garantir, indicar caminhos, dar subsídios para a construção de uma escola inclusiva, formadora, de qualidade e para todos.

É importante lembrar que, educação é um processo que não se faz sozinho, envolve família, escola e sociedade. Baseada neste pressuposto, a E. E. Melo Viana com base na Constituição Federal de 1988, na LDB/1996, no documento do CONAE,

no PNE – Plano Nacional de Educação elaborou seu PPP à partir das orientações da SEE, da participação das famílias, de seu corpo docente e de toda equipe escolar.

Sabe-se que o mesmo não é um documento conclusivo e que a qualquer tempo pode e deve ser revisto de acordo com a necessidade e interesses da comunidade e também de acordo com as necessidades e mudanças da lei. Porém, o PPP é um documento que serve para orientar, dar um norte, um caminho a seguir em busca da gestão democrática, do direito à educação de qualidade e na busca da cidadania e preparação para o trabalho, bem como para dar importância e valorização do trabalho docente e ao profissional da educação.

## REFERÊNCIAS:

Ângelo Ricardo de. [et al.]. Planejamento e trabalho coletivo. Universidade Federal do Paraná, Pró-reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR. 2005, p.27-42. Disponível:

<http://educadorasdeexcelencias.blogspot.com.br/>. Acesso em: 26 nov de 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF, Senado Federal. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB> acesso: 21 jul de 2014

BELO HORIZONTE. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Escola Estadual Melo Viana. Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B. Belo Horizonte- Dezembro 2012

ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2002

FOGAÇA, Jennifer. Organização do Tempo Escolar- Canal do Educador- Disponível: <http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/organizacao-tempo-escolar.htm>. Acesso em 28 jul 2014.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA: "fundamentos para sua realização"**. Autonomia da escola: princípios e propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 33-41: Disponível em:

Fonte: PORTAL EDUCAÇÃO

<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/13187/projeto-politico-pedagogico-por-moacir-gadotti#ixzz389eZyV4y>. Acesso: 21 jul de 2014

JUÇARA, dos Santos Gonçalves & RAIMUNDO Santos do Carmo. **Gestão escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Disponível em:

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31438/GESTAO\\_ESCOLAR\\_E\\_O\\_PROCESSO\\_DE\\_TOMADA\\_DE\\_DECISAO.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31438/GESTAO_ESCOLAR_E_O_PROCESSO_DE_TOMADA_DE_DECISAO.pdf). acesso em 20 agosto de 2014

KAPUZINIAK, Célia. **A cidadania como finalidade da educação: uma reflexão sobre as LDBs**. Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de

Uberlândia no ano de 2000, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Educação. Disponível: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/1029/1/CidadaniaFinalidadeEducacao.pdf> Acesso em 26 nov de 2014.

LEANDRO, Claudinéia -Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Londrina e PLATT, AdreanaDulcina - Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina. **Eixos filosóficos do Projeto político pedagógico**. Disponível em [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31436/Eixos\\_filosoficos\\_do\\_projeto\\_politico\\_pedagogico\\_Claudineia\\_Leandro\\_Adreana\\_Dulcina\\_Platt.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4575/5522/31436/Eixos_filosoficos_do_projeto_politico_pedagogico_Claudineia_Leandro_Adreana_Dulcina_Platt.pdf). Acesso: 21 jul de 2014

LIMA, Camila *etal*. **A importância da formação continuada para uma atuação docente reflexiva**. Jornal da Educação. 21 de novembro de 2011. Disponível: [http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1453#myGallery1-picture\(4\)](http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1453#myGallery1-picture(4)). Acesso : 20/08/2014

MACHADO, Débora Camargo; RICETO, Lindomar Aparecido; BARBOS, Maria Gislene Da Costa. **O Papel do Projeto Político Pedagógico e do Currículo na Construção Coletiva de uma Escola de Qualidade**. 28 de maio de 2010. Disponível: <http://lindomarijuara.blogspot.com.br/2010/05/o-papel-do-projeto-politico-pedagogico.html>. Acesso em 25 jun 2014- Acesso em: 26 jul2014

MARQUES, Arlene Nascimento de Oliveira e SILVA, Luiz Antônio da. **Conselho escolar, a construção da gestão democrática na escola: um estudo de caso no município de Lucena – PB**. Disponível: [http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/conselho\\_escolar\\_a\\_construcao\\_da\\_gestao\\_democratica\\_na\\_escola\\_um\\_estudo\\_de\\_caso\\_no\\_municapio\\_de\\_lucena\\_pb\\_1343920726.pdf](http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/conselho_escolar_a_construcao_da_gestao_democratica_na_escola_um_estudo_de_caso_no_municapio_de_lucena_pb_1343920726.pdf). Acesso em: 27 jul 2014.

MINAS GERAIS. Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003. **Institui a Avaliação Periódica de Desempenho Individual , disciplina a perda de Cargo Público e de função Pública por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de Função Pública na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do poder Executivo e dá outras providências**.

Disponível

:[http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=71&comp=&ano=2003&aba=js\\_textoAtualizado#texto](http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=71&comp=&ano=2003&aba=js_textoAtualizado#texto). Acesso em: 26 nov. de 2014

\_\_\_\_\_. Resolução SEE nº 2.197, de 28 de Outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.**

Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-pdf)- Acesso em: 26 jul 2014

MOURA, Margarida Custódio. **Organização do espaço no contexto da educação infantil de qualidade.** Disponível :e-  
revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3449/2743. Acesso em: 26 jul de 2014

NAVARRO, Ignez Pinto(et. al). **Avaliação - o processo e o produto - 2010.** Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4568/5504/31767/Avaliacao\\_-\\_o\\_processo\\_e\\_o\\_produto.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/95/moddata/data/4568/5504/31767/Avaliacao_-_o_processo_e_o_produto.pdf). Acesso em 31 agosto de 2014

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção do coletiva do projeto político - pedagógico ( PPP ) da escola. 2010.** Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg. acesso em 21/07/2014

PAULO FREIRE - frases da educação. disponível em: Link de acesso na internet: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAB&url=http%3A%2F%2Fpensador.uol.com.br%2Fpaulo\\_freire\\_frases\\_educacao%2F&ei=kH3pU7KGC4SV7AaT84HgDQ&usq=AFQjCNHsoRz94StARL6SgayvGrobjv30Dg](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAB&url=http%3A%2F%2Fpensador.uol.com.br%2Fpaulo_freire_frases_educacao%2F&ei=kH3pU7KGC4SV7AaT84HgDQ&usq=AFQjCNHsoRz94StARL6SgayvGrobjv30Dg). Acesso em 11 agosto de 2014

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS- SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais.** Disponível : [https://www.google.com.br/?gfe\\_rd=cr&ei=bpR7VK75AufY8gfNy4HwAg&gws\\_rd=ssl#q=guia+de+orienta%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+especial+na+rede+estadual+de+ensino+de+minas+gerais+2014](https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=bpR7VK75AufY8gfNy4HwAg&gws_rd=ssl#q=guia+de+orienta%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+especial+na+rede+estadual+de+ensino+de+minas+gerais+2014). Acesso em: 27 jul de 2014

Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394. 96-Brasília, 1996.** Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 31 jul 2014

SILVA, Maria Aparecida. **Currículo e Projeto Pedagógico: da impossibilidade de refletir sobre um sem refletir sobre o outro.** Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/smed/cape/artigos/textos/maria.htm>. Acesso em: 26 jul 2014

SILVA, Marcelo Soares Pereira da **Livro II - O Planejamento em Educação: as várias vertentes.** UFU. Material pertencentea Escola de Gestores/UFBA/MEC. Texto extraído do Caderno 2 da Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública: SOUZA,

SILVEIRA, Carmem Lucia Albrecht da, FERRON, Aline. **Reflexões sobre a avaliação externa no contexto de uma rede municipal de ensino: elemento para pontuar a qualidade na educação.**Eixo Temático: Estado e Política Educacional- Agência

Financiadora: CAPES/Inep/CNPq. IXANPED SUL- Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012- Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1544/983>. Acesso em: 26 nov de 2014

TEIXEIRA, Gilberto. Planejamento Educacional e Planejamento de Ensino da Escola: uma construção possível. 3 ed. Campinas, SP. Papyrus, Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 1997

VEIGA, Ilma Passos Alencastro.(Org.) **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997 – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

WANESSA, Karla. **A importância da organização do trabalho pedagógico na educação infantil: articulações dos trabalhos pedagógicos**. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Paraná, professora municipal. Professora. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-organizacao-do-trabalho-pedagogico-na-educacao-infantil-articulacoes-do-trabalho-pedagogico/37780/#ixzz3JT9Rj6ms> Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-organizacao-do-trabalho-pedagogico-na-educacao-infantil-articulacoes-do-trabalho-pedagogico/37780/>. Acesso em: 31/07/2014

## ANEXO A

### ESCOLA ESTADUAL MELO VIANA

#### MATRIZ CURRICULAR/2014

#### ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS / PROJETO ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

**LDB N° 9394/96 - CNE / CEB N° 7, de 14/12/10 – RES.N° 2197/12.**

	Componentes Curriculares	6° ano			7° ano			8° ano			9° ano		
		M A S	MAA	CHA	M A S	MAA	CHA	M A S	MAA	CHA	M A S	MAA	CHA
BASE NACIONAL COMUM Lei 9394/96	Língua Portuguesa	5	200	166:40	5	200	166:40	5	200	166:40	5	200	166:40
	Matemática	4	160	133:20	5	200	166:40	4	160	133:20	4	160	133:20
	Geografia	4	160	133:20	3	120	100:00	3	120	100:00	3	120	100:00
	História	3	120	100:00	3	120	100:00	4	160	133:20	3	120	100:00
	Ciências	3	120	100:00	3	120	100:00	3	120	100:00	4	160	133:20
	Ed. Física	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40
	Arte	1	40	33:20	1	40	33:20	1	40	33:20	1	40	33:20
	Ensino Religioso	1	40	33:20	1	40	33:20	1	40	33:20	1	40	33:20
PARTE DIVERSIFICADA	L. Estrangeira Mod. Inglês	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40
<b>TOTAL</b>		25	1000	833:20	25	1000	833:20	25	1000	833:20	25	1000	833:20
<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>		<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>											
		<b>6° ano</b>			<b>7° ano</b>			<b>8° ano</b>			<b>9° ano</b>		
		CHS	CHA		CHS	CHA		CHS	CHA		C H S	CHA	

**Indicadores Fixos Regular:**

**N.º Dias Letivos = 200**

N.º Semanas Letivas = 40

N.º Dias Semanais = 05

**Indicadores Fixos PROETI:**

**N.º Dias Letivos = 200**

N.º Semanas Letivas = 40

N.º Dias Semanais = 05

		ÁREAS CURRICULARES DISCIPLINARES								
OFICINAS CURRICULARES	Linguagem	Alfabetização e Letramento	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40
		Leitura	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
		Redação	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	Linguagem Matemática	Experiências Matemáticas	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
		Jogos e desafios matemáticos	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
		Estudo monitorado	04	133:20	04	133:20	04	133:20	04	133:20
	Educação Física	Jogos e Atividades Esportivas	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Arte	Arte e artesanato	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
		Artes visuais	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	Formação de Hábitos	Hábitos e Higiene	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40
		Higiene Corporal	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
		Ed p/ Trânsito	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
		Orientação Sexual	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>30</b>	<b>1000</b>	<b>30</b>	<b>1000</b>	<b>30</b>	<b>1000</b>	<b>30</b>	<b>1000</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>55</b>	<b>1833:20</b>	<b>55</b>	<b>1833:20</b>	<b>55</b>	<b>1833:20</b>	<b>55</b>	<b>1833:20</b>

MAS – Módulo Aula Semanal    MAA – Módulo Aula AnualCHA – Carga Horária Anual

## Observações:

- O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina do ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (Lei nº 9.475, de 22.07.97)
- A Educação para o consumo (Lei 12.909, de 24.06.98), a orientação sexual (Lei nº 12.491, de 16.04.97), a educação ambiental (Lei nº 15.441, de 11.01.05) e os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, condição e direitos dos idosos ([http://www.fiscolex.com.br/doc\\_54830\\_LEI\\_N\\_10\\_741\\_1\\_OUTUBRO\\_2003.aspx](http://www.fiscolex.com.br/doc_54830_LEI_N_10_741_1_OUTUBRO_2003.aspx) Lei nº 10.741/2003) serão ministrados em articulação com as áreas do conhecimento. (Resolução CNE/CEB n.º 07/2010).
- O estudo sobre os direitos humanos (Lei nº 12.767, de 21.01.98) e cidadania (Lei nº 15.476, de 12.04.05) serão trabalhados nas diversas áreas do conhecimento.

- Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial nas áreas afins do currículo (Lei n.º 10.639, de 19.01.03).
- Obrigatoriedade de estudos sobre o uso de drogas e dependência química (Lei nº 13.411, de 21/12/1999) e higiene bucal (Lei nº 13.802, de 27.12.00) serão ministrados na área de ciências.
- Os direitos das crianças e adolescentes serão trabalhados de forma interdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento tendo como diretriz a Lei nº. 8.069, de 13.07.90 (Lei 11.525, de 25.09.2007).
- A música é conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular arte (Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008).
- Educação para o Trânsito - Será desenvolvida de acordo com artigo 76 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).
- Educação Alimentar e Nutricional na escola - Será ministrada de forma integrada aos temas transversais relacionados à saúde e à educação ambiental (Lei Federal nº 11.947 de 16.06.2009 e Leis Estaduais nº 15.072 de 05.04.04 e nº 18.372 de 04.09.09).

Assinaturas:

Diretor (a)	Inspetor (a)	Colegiado

## **ANEXO B - CALENDÁRIO ESCOLAR**

# ESCOLA ESTADUAL MELO VIANA

## Ensino Fundamental

### CALENDÁRIO 2014

CALENDÁRIO 2014															LEGENDA																	
<b>Janeiro</b>					<b>Fevereiro - 21 dias letivos</b>					<b>Março - 19 dias letivos</b>					<p> Início/Término do Período Letivo</p> <p> Início do Bimestre</p> <p> Término do Bimestre</p> <p> Início / Término do ano escolar</p> <p> Recurso/Férias</p> <p> Feriado Nacional / Municipal</p> <p> Reuniões do colegiado</p> <p> Recurso Escolares comuns</p> <p> Período de Avaliações</p> <p> Sábado Letivo</p> <p> Estudos Periódicos de Recuperação</p> <p> Estudos Independentes</p> <p> Dia Escolar(planejamento/capacitação)</p> <p> Aniversário da Escola</p> <p> Jogos da Copa da Confederações</p> <p> "Toda Escola Deve Fazer a Diferença" "Toda Comunidade Participando"</p> <p> Consciência Negra</p> <table border="1" style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">Atividades</th> <th style="text-align: left;">Sábado Letivo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mostra de desenhos</td> <td>22/02/2014</td> </tr> <tr> <td>Festival de Sorvete</td> <td>29/03/2014</td> </tr> <tr> <td>Feira Literária</td> <td>12/04/2014</td> </tr> <tr> <td>Dia da família</td> <td>10/05/2014</td> </tr> <tr> <td>PIP</td> <td>07/06/2014</td> </tr> <tr> <td>Consciencia Negra</td> <td>19/07/2014</td> </tr> <tr> <td>Festival de Talentos</td> <td>25/10/2014</td> </tr> </tbody> </table>		Atividades	Sábado Letivo	Mostra de desenhos	22/02/2014	Festival de Sorvete	29/03/2014	Feira Literária	12/04/2014	Dia da família	10/05/2014	PIP	07/06/2014	Consciencia Negra	19/07/2014	Festival de Talentos	25/10/2014
Atividades	Sábado Letivo																															
Mostra de desenhos	22/02/2014																															
Festival de Sorvete	29/03/2014																															
Feira Literária	12/04/2014																															
Dia da família	10/05/2014																															
PIP	07/06/2014																															
Consciencia Negra	19/07/2014																															
Festival de Talentos	25/10/2014																															
<b>Abril - 20 dias letivos</b>					<b>Maió - 21 dias letivos</b>					<b>Junho - 8 dias letivos</b>																						
<b>Julho - 16 dias letivos</b>					<b>Agosto - 20 dias letivos</b>					<b>Setembro - 22 dias letivos</b>																						
<b>Outubro - 19 dias letivos</b>					<b>Novembro - 20 dias letivos</b>					<b>Dezembro - 14 dias letivos</b>																						
<p><b>OBS: ESTUDO INDEPENDENTE DE RECUPERAÇÃO ACONTECERÁ EM 27/01 E 28/01/2015</b></p>																																
<b>1º Bimestre - De 03 de Fevereiro a 11 de Abril</b>																																
2ª Feira    3ª Feira    4ª Feira    5ª Feira    6ª Feira    Total do Bimestre																																
Dia Letivo    9    9    9    10    10    50																																
Sábado Letivo    1    1    1    1    1    50																																
Sábados Letivos referente a: segunda-feira(22/02), terça-feira(29/03),quarta-feira(12/04).																																
<b>2º Bimestre - De 14 de Abril a 25 de Julho</b>																																
2ª Feira    3ª Feira    4ª Feira    5ª Feira    6ª Feira    Total da Bimestre																																
Dia Letivo    11    10    10    8    8    50																																
Sábado Letivo    1    1    1    1    1    50																																
Sábados Letivos referente a: quinta-feira(10/05), quarta-feira(07/06), sexta-feira(19/07). Dia 30/04(quarta-feira) corresponde (segunda-feira).																																
<b>3º Bimestre - De 28 de Julho a 3 de Outubro</b>																																
2ª Feira    3ª Feira    4ª Feira    5ª Feira    6ª Feira    Total da Bimestre																																
Dia Letivo    10    10    10    10    9    50																																
Sábado Letivo    1    1    1    1    1    50																																
Sábado Letivo: 25/10 referente a sexta-feira.																																
<b>4º Bimestre - De 6 de Outubro a 19 de Dezembro</b>																																
2ª Feira    3ª Feira    4ª Feira    5ª Feira    6ª Feira    Total da Bimestre																																
Dia Letivo    9    10    9    10    11    50																																
Sábado Letivo    1    1    1    1    1    50																																
Dia 17/12(quarta-feira) corresponde a sexta-feira.																																
<b>TOTAL DO PERÍODO LETIVO</b>																																
2ª Feira    3ª Feira    4ª Feira    5ª Feira    6ª Feira    Total																																
Dias Letivos    40    40    40    40    40    200																																